

jornaleconomico.sapo.pt

"Educação para a cidadania global é o motor para a transformação social", diz Brandão Rodrigues

Ânia Ataíde

5-6 minutos

O Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED) foi assinado por 16 instituições públicas e da sociedade civil na presença do ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

A assinatura ocorreu durante a conferência internacional “Building a World of Justice and Solidarity: Global Education in the School”, no Museu do Oriente, na passada sexta-feira, e que reuniu 150 participantes de 30 países e foi promovida pelo GENE – Global Education Network Europe, pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, pela Direção-Geral da Educação, em parceria com a UNESCO.

A educação para o desenvolvimento ou educação global tem como objectivo uma educação dos cidadãos e, em especial, dos jovens no sentido de lidarem com os desafios associados à globalização, direitos humanos, paz, alterações climáticas e igualdade de oportunidades.

“ A educação global, e em particular a educação para a cidadania

global é o verdadeiro motor para a transformação social e para uma visão progressista daquele que deve ser o futuro do nosso planeta”, considerou Tiago Brandão Rodrigues.

A opinião foi partilhada por Lydia Ruprecht, líder da equipa de Educação para a Cidadania Global (GCED) da seção de cidadania global e educação para a paz da UNESCO. “A UNESCO fez da educação para a cidadania global, como chamamos no nosso contexto, um dos objetivos estratégicos que lideram as discussões globais em torno do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4 cujo objectivo é assegurar uma educação inclusiva e de qualidade. É precisamente por esta razão que estar aqui com o GENE, os seus parceiros e participantes neste exato momento é tão importante”, disse. Enquadrada na Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a educação global é assim considerada um elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

“Estamos honrados em fazer parte do lançamento do Plano de Ação de Portugal da Estratégia para a Educação para o Desenvolvimento, que testemunha verdadeiramente a mais alta relevância do trabalho que está a acontecer continuamente nos vossos países, num momento de grandes desafios em que precisamos fortalecer o nosso sentimento de pertença a uma humanidade comum, com um destino partilhado. Um povo, um planeta, como gostamos de dizer dentro da ONU ”, acrescentou.

Impacto no sistema formal de ensino

A directora do GENE, Luísa Teotónio Pereira, sublinhou que “a força da colaboração entre estas entidades impressionou os participantes da conferência internacional”, e explicou que a

educação para a cidadania global está, cada vez mais, no centro da educação de qualidade. “Esta é a segunda Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento que tem como intuito promover através da educação a construção de sociedades mais justas, solidárias mais justas, solidárias, inclusivas, sustentáveis e pacíficas”.

“O Plano de Ação contempla medidas, tipologias de ações e indicadores relativos aos objetivos específicos da ENED para os 5 anos da sua vigência. Há algumas medidas que se espera possam ter um impacto direto no sistema formal de ensino, como o “reforço da integração da Educação para o Desenvolvimento [ED] no sistema educativo”, a “formação de agentes educativos” e a “produção de conteúdos e recursos”, concluiu Luísa Teotónio Pereira.

O Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 Camões foi subscrito pelo Instituto da Cooperação e da Língua, pela Direção-Geral da Educação, pela Plataforma Portuguesa das ONGD, pela CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, pela Agência Portuguesa do Ambiente, pelo Alto-Comissariado para as Migrações, pela Comissão Nacional da UNESCO, pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, pela Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios, pela Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação, pela ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, pela Associação de Professores para a Educação Intercultural, pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente,

pelo Conselho Nacional de Juventude e pela Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres.